



### PARECER JURÍDICO

**AUTOR:** PODER EXECUTIVO

**ASSUNTO:** Projeto de Lei Nº 093/2023 que busca autorização legislativa, com base no disposto do art. 8º, III e art. 20, VI, todos da Lei Orgânica do Município, para autorizar o Poder Executivo a alienar, por meio de leilão público, imóvel de propriedade do Município de Arroio do Tigre

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, o presente processo legislativo, descrito no assunto já mencionado em epígrafe.

Primeiramente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

O artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, a administração e o governo próprios.

No mesmo sentido temos a redação do artigo 1º da Lei Orgânica do Município de Arroio do Tigre/RS, senão vejamos:

**Art. 1º O Município de Arroio do Tigre, parte integrante do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se autônomo, em tudo o que respeite a seu peculiar interesse, de acordo com os princípios fundamentais e**



**direitos individuais, coletivos, sociais e políticos consagrados e reconhecidos pelas Constituições Federal e Estadual. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)**

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

**“Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - Legislar sobre assuntos de interesse local;**

**II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”**

A Lei Orgânica do Município de Arroio do Tigre/RS estabelece em seu artigo 6º que ao Município compete legislar a tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)

**II - legislar sobre assuntos de interesse local; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)**

Sob o estrito aspecto da legalidade, o projeto reúne condições de prosseguir em sua tramitação, conforme artigo 40, inciso V da LOM.

**Art. 40. A Câmara cabe legislar com a sanção do prefeito, sobre as matérias de competência do município, especialmente: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)**

**V - votar leis que disponham sobre a alienação e aquisição de bens móveis e imóveis; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)**



# Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre - RS

Considerando que o Projeto de Lei traz em seu bojo todos os requisitos necessários para autorizar o Poder Executivo a alienar, por meio de leilão público, imóvel de propriedade do Município de Arroio do Tigre, manifesta esta Assessoria Jurídica pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei em discussão.

É o parecer.

Arroio do Tigre/RS. 30 de outubro de 2023.

**JÉSSICA TELOEKEN KROTH**  
**OAB/RS 123.325**

